



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023088353 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 3ª Vara Mista de Cajazeiras, requisitando pagamento de honorários em favor de Ronivaldo de Oliveira Barros, CPF nº 753.109.024-49, para realização de perícia no Processo nº 0801295-74.2022.8.15.0131, movido por Efrain Henrique Moreira em face de Damião Erculis Henrique.

Data da Autuação: 01/06/2023

Parte: 3ª Vara Mista / Cajazeiras e outros(1)



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
3ª Vara Mista de Cajazeiras

Ofício nº 93/2023

Cajazeiras/PB, 22 de maio de 2023

Excelentíssimo Senhor

Desembargador João Benedito da Silva

Presidente do Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

João Pessoa/PB

ASSUNTO: reserva orçamentária

Excelentíssimo Desembargador,

Em obediência ao que dispõe a Resolução nº 09/2017, solicito a Vossa Excelência reserva orçamentária objetivando posterior pagamento dos honorários periciais fixados no valor final de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), em favor do senhor Ronivaldo de Oliveira Barros (**médico**), **CPF nº 753.109.024-49**, nos autos do **PJE nº 0801295-74.2022.8.15.0131**, nomeado para funcionar como perito, nos autos do processo supracitado, com a finalidade de realização de exame pericial.

Por oportuno, informo que a parte autora é beneficiária da gratuidade judiciária, conforme despacho (Id 59738990).

Por fim, informo o nome e CPF/CNPJ das partes: **EFRAIN HENRIQUE MOREIRA**, CPF nº 063.931.804-55 (autor) e **DAMIÃO ERCULIS HENRIQUE VIEIRA**, CPF nº 075.771.944-92 (interditanda).

Em anexo: Cópia do despacho que nomeou o perito, do termo de aceite apresentado pelo profissional acima nominado e despacho que concedeu os benefícios da justiça gratuita.

Ao ensejo, apresento votos de estima e consideração.



Kleyber Thiago Trovão Eulálio

Juiz de Direito



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

3ª VARA DA COMARCA DE CAJAZEIRAS

Proc. 0801295-74.2022.8.15.0131

Requerente: EFRAIN HENRIQUE MOREIRA

DESPACHO

Vistos, etc.

Com fundamento no artigo 98 do Código de Processo Civil, defiro os benefícios da justiça gratuita.

Dê-se vistas dos autos ao Ministério Público.

Cumpra-se.

Cajazeiras, datado e assinado eletronicamente.

Juiz de Direito



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

3ª VARA DA COMARCA DE CAJAZEIRAS

Proc. 0801295-74.2022.8.15.0131

Autor(a): EFRAIN HENRIQUE MOREIRA

Interditando(a): DAMIAO ERCULIS HENRIQUE VIEIRA

DESPACHO.

Vistos, etc.

Para proceder na perícia do(a) interditando(a), nomeio perito do Juízo o médico Dr. Ronivaldo de Oliveira Barros (CPF 753.109.024-49), que deverá responder de forma circunstanciada aos seguintes quesitos:

- 1) O(a) interditando(a) é portador(a) de doença física ou mental?
- 2) Qual a doença de que é portador(a)? RESPOSTA CIRCUNSTANCIADA, CONSTANDO O CID.
- 3) O(A) paciente é capaz, moto próprio de gerir seus negócios?
- 4) O(A) paciente é capaz, moto próprio de gerir sua vida?
- 5) O(A) paciente é capaz, moto próprio de gerir seus bens?
- 6) Qual a anomalia do(a) paciente? RESPOSTA CIRCUNSTANCIADA.



7) Essa anomalia é de caráter progressivo ou regressivo?
RESPOSTA CIRCUNSTANCIADA.

8) Essa anomalia é irreversível?

9) Essa anomalia lhe retira completamente a capacidade para a prática dos atos da vida civil?

10) Em caso de capacidade limitada, especificar em que consiste as limitações.

11) Existem outros esclarecimentos? Quais?

Intime-se o Sr. Perito, para que seja designada data, local e horário visando a realização da perícia, informando a este Juízo com antecedência mínima de trinta dias, a fim de possibilitar as intimações das partes.

Intimem-se as partes para querendo, no prazo legal, indicar assistente técnico e formular quesitos.

Com fundamento na Resolução do TJ/PB que trata da matéria, fixo honorários em favor do senhor perito, o valor de R\$. 370,00 (trezentos e setenta reais).

Tão logo o perito apresente termo de aceite do encargo, requisite-se reserva orçamentária.

Apresentado o laudo, requisite-se o pagamento dos honorários, objeto da reserva orçamentária, observando o que dispõe a Resolução do TJ/PB.

Nos termos do artigo 102 do Código de Normas Judicial, da Douta Corregedoria de Justiça da Paraíba, confiro a presente decisão/despacho força de mandado/ofício para as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

Cajazeiras, datado e assinado eletronicamente.

Juiz de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)

PROCESSO: 0801295-74.2022.8.15.0131

RONIVALDO DE OLIVEIRA BARROS, médico perito, vem à presença de Vossa Excelência manifestar a ciência e o aceite para realizar a perícia designada, ao tempo em que **REQUER** que o agendamento seja realizado para às **16hs00min, do dia 12/07/2023**, na Clínica da Família (Tel.: 83-98150-3535), situada na Rua Odon Bezerra, nº 05, Centro, Sousa-PB, CEP: 58800-130.

Nesses termos,

Pede deferimento.

RONIVALDO DE OLIVEIRA BARROS
MÉDICO PERITO



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

Ronivaldo de Oliveira Barros

Data nascimento: *

28/03/1968

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: *

753.109.024-49

Identidade: *

1933334_____

Órgão: *

SSP PB

INSS/PIS/PASEP: *

17045469649

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Mestrado

Nome da mãe: *

Inez Estelita de Oliveira Barros

Nome do pai:

Francisco de Assis Barros

Email: *

ronivaldobarros@gmail.com

Telefone: *



(83) 99121-9251

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: *

Guarabira João Pessoa Paulista São Bento
São João do Rio do Peixe Sousa

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Médico	Perícias Médicas	4578	 

Adicionar profissão

Endereço *

CEP *

58102-833

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *


Cabedelo

Bairro 

Parque Verde

Logradouro *

R. Dom José Tomaz






Número * 

89

Complemento

Casa

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
Carteira CRM PB	
Carteira de Habilitação	
Certificado de Regularidade CRM PB	
Certificado Especialidade Medicina do Trabalho	
Certificado Especialidade Perícias Médicas	

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *

863200__

Conta: *

1553844_____

Tipo conta: *

Corrente

Arquivo	Remover
Comprovante de Residência	
CPF	
Curriculo Lattes	
Diploma Médico	
Diploma Mestrado	

Gravar cadastro



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.088.353

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Cajazeiras

Interessado: Ronivaldo de Oliveira Barros - Perito Médico - ronivaldobarros@gmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição reserva orçamentária para pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Ronivaldo de Oliveira Barros, CPF 753.109.024-49, inscrição no PIS/PASEP sob nº 17045469649, nascido em 28/03/1968, para realização de perícia nos autos do processo nº 0801295-74.2022.8.15.0131, movido por EFRAIN HENRIQUE MOREIRA, CPF 063.931.804-55, em face de DAMIÃO ERCULIS HENRIQUE VIEIRA, CPF 075.771.944-92, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Cajazeiras.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Pelos documentos acostados aos autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, faltando, apenas, a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório, a fim de possibilitar o pagamento respectivo.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro de Ronivaldo de Oliveira Barros se encontra ativo.

Em razão do exposto, autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhem-se os presentes autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC – para, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Ronivaldo de Oliveira Barros, CPF 753.109.024-49, inscrição no PIS/PASEP sob nº 17045469649, nascido em 28/03/1968, para realização de perícia nos autos do processo nº 0801295-74.2022.8.15.0131, movido por EFRAIN HENRIQUE MOREIRA, CPF 063.931.804-55, em face de DAMIÃO ERCULIS HENRIQUE VIEIRA, CPF 075.771.944-92, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Cajazeiras.

Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários solicitados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo e subsequente pedido do pagamento respectivo.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, mediante a remessa de cópia, que servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 1º de junho de 2023

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



01/06/2023

Número: **0801295-74.2022.8.15.0131**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Cajazeiras**

Última distribuição : **18/04/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.212,00**

Assuntos: **Curatela, Nomeação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EFRAIN HENRIQUE MOREIRA (REQUERENTE)		EDILZA BATISTA SOARES (ADVOGADO)	
DAMIAO ERCULIS HENRIQUE VIEIRA (REQUERIDO)			
RONIVALDO DE OLIVEIRA BARROS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74177602	01/06/2023 11:22	Comunicações	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.088.353 - referente a requisição reserva orçamentária para pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Ronivaldo de Oliveira Barros, CPF 753.109.024-49, inscrição no PIS/PASEP sob nº 17045469649, nascido em 28/03/1968, para realização de perícia nos autos do processo em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo nº 2023.088.353

Interessado: Ronivaldo de Oliveira Barros – Perito Médico

Assunto: Honorários periciais nos autos da Ação Nº 0801295-74.2022.8.15.0131,

Valor: 370,00 e Previdência: R\$ 74,00 – valor arbitrado nos termos de fls. 02

Informação Orçamentária

Atendendo despacho anterior, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação poderá, a critério da Direção Superior desta Corte de Justiça, após os procedimentos administrativos que se fizerem necessários, ocorrer por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI nº 12.561 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023**, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. de Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc. Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas.	760

* Reservas nºs. 421 e 422

GEORC, em João Pessoa, 02 de junho de 2023

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente

LAUDO DE EXAME MÉDICO-PERICIAL



Interd 0801295-74.2022.8.15.0131

EFRAIN HENRIQUE MOREIRA X DAMIAO ERCULIS HENRIQUE VIEIRA

1. PREÂMBULO

DADOS DO(A) PERICIADO(A):

- RG: **4.088.009 SSDS- PB;**
- CPF: **075.771.944-92;**
- Data do nascimento: **10 de dezembro de 1997;**
- Idade: **25 anos;**
- Sexo: **masculino;**
- Escolaridade: **analfabeto(a);**
- Estado civil: **solteiro(a);**
- Formação técnico-profissional: **nenhuma;**
- Ocupação habitual: **nenhuma;**



DADOS DA PERÍCIA:

- Data da realização: **12 de julho de 2023;**
- Assistente técnico da parte autora: **Não compareceu;**
- Assistente técnico da parte ré: **Não compareceu.**

2. HISTÓRICO

Da análise da petição inicial e dos documentos médicos apresentados, depreende-se que o(a) periciado(a) estaria acometido pela(s) seguinte(s) patologia(s):

- **Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de opiáceos - intoxicação aguda (CID 10 - F11.0);**
- **Transtorno mental não especificado em outra parte (CID 10 - F9.9);**

3. ANAMNESE

O(A) acompanhante, Sr.(a). prestou as seguintes informações sobre o estado de saúde do(a) periciado(a):
Refere que o(a) periciado(a) nasceu de parto normal, a termo e após gravidez sem intercorrências. Andou e falou antes dos 2 anos de idade. Percebeu que algo poderia estar errado com o(a) periciado(a) logo após o nascimento. Ao longo de sua evolução apresenta/apresentou as seguintes alterações:

- comportamento pueril (infantilizado);
- ingenuidade;
- insegurança e dificuldade de tomar decisões;
- negligência com os autocuidados (higiene pessoal e asseio);
- dificuldade de se expressar e interagir (introvertido);
- isolamento social;
- pouco sono;
- inabilidade para usar aparelhos eletrônicos (celular e outros);
- inabilidade para fazer contas simples;
- não conhece dinheiro;
- agressividade;

Apresenta crises convulsivas desde a infância.

Está em uso dos seguintes medicamentos:



4. EXAME FÍSICO/MENTAL

O(A) periciado(a) apresentou-se ao exame **deambulando normalmente**, aparentando **bom estado geral**, fácies atípica, atitude atípica, mucosas com umidade normal, coradas, anictéricas e acianóticas, boa perfusão capilar.

Exame Psíquico/Mental:

O(A) periciado(a) apresenta-se com boas condições de higiene e padrão normal de cuidados pessoais; cooperativo; com nível de consciência: **vigil;** **com orientação alterada (tempo e espaço);** **com atenção alterada (vigilância/tenacidade/concentração);** **com juízo crítico alterado;** **com pensamento anormal (fluxo lento);** com sensopercepção normal; **com linguagem alterada (lenta e hesitante);** **com humor/afeto alterado;** com psicomotricidade normal; **baixo quociente intelectual.**

5. DOCUMENTOS MÉDICOS E ADMINISTRATIVOS

Ver o item **ANEXO COM DOCUMENTOS AVALIADOS** no final do Laudo Pericial.

6. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES ESPECIAIS

Todas as patologias alegadas nos documentos médicos apresentados foram avaliadas nessa perícia, que observou a seguinte metodologia: identificação da ação judicial e do seu objeto; identificação do periciado e coleta dos seus dados gerais; identificação dos dados da perícia; identificação das patologias alegadas; coleta da história da(s) doença(s) (HDA); análise dos atestados, relatórios e exames médicos; análise dos documentos administrativos; análise dos laudos periciais prévios; realização do exame físico dirigido; análise sistemática de tudo que foi visto e examinado; formulação de raciocínio conclusivo e confecção do laudo pericial com as respostas aos quesitos apresentados.

A metodologia pericial descrita acima permitiu concluir, no caso em análise, que o estado de saúde do(a) periciado(a) O INCAPACITA para dirigir a sua própria pessoa e para administrar seus bens.

7. QUESITOS DO JUIZ

1. O(A) interditando(a) é portador(a) de doença física ou mental?

O periciado é portador de doença física e mental.

2. Qual a doença de que é portador(a)? (resposta circunstanciada, constando o CID).

O periciado é portador de:

- **Retardo mental moderado - comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento (CID 10 - F71.1);**
- **Epilepsia e síndromes epiléticas idiopáticas definidas por sua localização (focal) (parcial) com crises de início focal (CID 10 - G40.0);**

3. O(A) paciente é capaz, de modo próprio de gerir seus negócios?

Não. As patologias que acometem o(a) periciado(a) o impedem, em caráter permanente, de expressar de forma válida a sua vontade o tornando incapaz de compreender as consequências de suas ações e gerir a sua vida e seus bens.

4. O(A) paciente é capaz, de modo próprio de gerir sua vida?

Não. As patologias que acometem o(a) periciado(a) o impedem, em caráter permanente, de expressar de forma válida a sua vontade o tornando incapaz de compreender as consequências de suas ações e gerir a sua vida e seus bens.

5. O(A) paciente é capaz, de modo próprio de gerir seus bens?

Não. As patologias que acometem o(a) periciado(a) o impedem, em caráter permanente, de expressar de forma válida a sua vontade o tornando incapaz de compreender as consequências de suas ações e gerir a sua vida e seus bens.

6. Qual a anomalia do(a) paciente? (RESPOSTA CIRCUNSTANCIADA).

Ver a resposta ao quesito 1 e 2.

7. Essa anomalia é de caráter progressivo ou regressivo? (resposta circunstanciada).

As patologias que acometem o(a) periciado(a) o impedem, em caráter permanente, de expressar de forma válida a sua vontade o tornando incapaz de compreender as consequências de suas ações e gerir a sua vida e seus bens.

8. Essa anomalia é irreversível?

Não há possibilidade de cura ou efetivo controle das patologias que acometem o(a) periciado(a).

9. Essa anomalia lhe retira completamente a capacidade para a prática dos atos da vida civil?

Sim. As patologias que acometem o(a) periciado(a) o impedem, em caráter permanente, de expressar de forma válida a sua vontade o tornando incapaz de compreender as consequências de suas ações e gerir a sua vida e seus bens.

10. Em caso de capacidade limitada, especificar em que consiste as limitações.

Prejudicado. Trata-se de incapacidade completa.

11. Existem outros esclarecimentos a especificar? Quais?

A doença que acomete o(a) periciado(a) teve início em:

- Desde a infância, considerando a evolução natural da(s) patologia(s) identificada(s).

A incapacidade do(a) periciado(a) para compreender as consequências de suas ações e gerir a sua vida e seus bens teve início em:

- Desde a infância, considerando a evolução natural da(s) patologia(s) identificada(s).

Trata-se de impedimento **total e permanente**. Não há possibilidade de cura ou efetivo controle das patologias que acometem o(a) periciado(a).

8. QUESITOS DO AUTOR

Não foram apresentados.

9. QUESITOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Se o interditando possui doença mental ou física, indicando, em caso positivo, qual a patologia?

Ver as respostas aos quesitos 1 e 2 do juízo.

2. Se a enfermidade é de caráter progressivo ou regressivo?

Não há possibilidade de cura ou efetivo controle das patologias que acometem o(a) periciado(a).

3. Se a enfermidade é irreversível?

Não há possibilidade de cura ou efetivo controle das patologias que acometem o(a) periciado(a).

4. Limites da capacidade de compreensão da pessoa com deficiência, especialmente se a mesma é capaz de tomar decisões no campo patrimonial, entendendo o caráter financeiro e comercial das mesmas?

As patologias que acometem o(a) periciado(a) o impedem, em caráter permanente, de expressar de forma válida a sua vontade o tornando incapaz de compreender as consequências de suas ações e gerir a sua vida e seus bens.

5. Se o interditando tem condições de indicar duas pessoas para auxiliá-la na tomada de decisões ou se seu transtorno mental não permite tal decisão, conforme preceitua o Estatuto da Pessoa com Deficiência?

Não. As patologias que acometem o(a) periciado(a) o impedem, em caráter permanente, de expressar de forma válida a sua vontade o tornando incapaz de compreender as consequências de suas ações e gerir a sua vida e seus bens.



RONIVALDO DE OLIVEIRA BARROS

Perito Médico Judicial

ANEXO I

DOCUMENTOS AVALIADOS

CONTIDOS NO PROCESSO ELETRÔNICO



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
BOM JESUS
SAÚDE COM QUALIDADE

RECEITUÁRIO

Atestado
Atesto, para todos os
fins, que DOMINGOS
HERNANDES HENRIQUE
VIEIRA, é portador
do Perturbado Circ. e
Insultivo do Colapso
do sistema, Labirinto
na e frouteira

05/06/09
Dr. Elano C. de Figueiredo
CRM/PB 4954

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
BOM JESUS

Saúde com Qualidade

RECEITUÁRIO

Atestado

Atesto, para todos os fins,
que o Sr. DOMINGOS HENRIQUE
VIEIRA é
portador de deficiência
mental nos especificados
em F. 99, que o impede
de realizar funções cotidianas

Dr. Elano C. de Figueiredo
CRM/PB 4954
Bom Jesus

ANEXO II

DOCUMENTOS AVALIADOS

APRESENTADOS DURANTE A PERÍCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAJAZEIRAS

MAIS
TRABALHO
NOVO
FUTURO.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RECEITUÁRIO

1º Danilo Marques Henrique Vieira

Atestado Médico

Atesto por as devidas vezes que o
paciente supracitado está em acompanhamento
por AD 10 = FEA + GAB. Em
uso oturmento de genodolbitol 100mg
suspendido 2x/dia + enlomepina
400mg/dia. Paciente é incapaz de
realizar atividades de vida civil de
forma permanente

Dr. Francisco Márcio Leite Granjeiro
Médico Psiquiatra
CRM/CE 18350 CRM/RN 8335
CRM/PB 15510 RQE 14052

07.07.23

Assinatura do Profissional e Carimbo

Cajazeiras-PB, ____/____/____

Caro usuário ao retornar a consulta, por favor traga esta receita.



RECEITUÁRIO

DANNAO HERCULS HENRIQUE VIEIRA

ATESTADO MÉDICO

ATESTADO PARA OS DEVIDOS FINS QUE
O PACIENTE SUPRACITADO ESTÁ EM
ACOMPANHAMENTO POR CID: F70 +
G40. ESTÁ EM USO DE ÁCIDO VALPROÍCO
150mg 1000; FENOBARBITAL 100mg 1000;
RISPERIDONA 1mg 1000; É INÍCIAR DE
REABER ATO DA VIDA CIVIL DE
FORMA PERMANENTE

Dr. Felipe Viana P. Lima
Médico Psiquiatra
CRM-PB 12540

28/04/2022



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.088.353

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Cajazeiras

Interessado: Ronivaldo de Oliveira Barros - Perito Médico - ronivaldobarros@gmail.com

Os presentes autos versam sobre pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Ronivaldo de Oliveira Barros, CPF 753.109.024-49, inscrição no PIS/PASEP sob nº 17045469649, nascido em 28/03/1968, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0801295-74.2022.8.15.0131, movido por EFRAIN HENRIQUE MOREIRA, CPF 063.931.804-55, em face de DAMIÃO ERCULIS HENRIQUE VIEIRA, CPF 075.771.944-92, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Cajazeiras.

Realizada a reserva orçamentária, pela Gerência de Programação Orçamentária – fl. 14, em atendimento aos termos do Despacho de fls. 10/11, foi trazido para os presentes autos o Laudo pericial de fls. 15/25.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Ronivaldo de Oliveira Barros, encontra-se em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Ronivaldo de Oliveira Barros, CPF 753.109.024-49, inscrição no PIS/PASEP sob nº 17045469649, nascido em 28/03/1968, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0801295-74.2022.8.15.0131, movido por EFRAIN HENRIQUE MOREIRA, CPF 063.931.804-55, em face de DAMIÃO ERCULIS HENRIQUE VIEIRA, CPF 075.771.944-92, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Cajazeiras.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 18 de julho de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



18/07/2023

Número: **0801295-74.2022.8.15.0131**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Cajazeiras**

Última distribuição : **18/04/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.212,00**

Assuntos: **Nomeação, Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EFRAIN HENRIQUE MOREIRA (REQUERENTE)		EDILZA BATISTA SOARES (ADVOGADO)	
DAMIAO ERCULIS HENRIQUE VIEIRA (REQUERIDO)			
RONIVALDO DE OLIVEIRA BARROS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
76242848	18/07/2023 11:26	Comunicações	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.088.353 - referente ao pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico, Ronivaldo de Oliveira Barros, CPF 753.109.024-49, inscrição no PIS/PASEP sob nº 17045469649, nascido em 28/03/1968, pela realização de perícia nos autos do processo em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

